

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

Lei nº0951/2016

EMENTA:

Dispões sobre a Lei das Diretrizes Orçamentárias para elaboração do orçamento geral do Município do exercício de 2017, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Serra Caiada/RN, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

CAPITULO I

Disposições Preliminares

Artigo 1º - Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias, nos termos da Constituição Federal (artigo 165, II, Parágrafo 2º), combinada com a Lei Federal Complementar nº 101/2000 (artigo 4º), compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, a estrutura e a organização objetivando a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2017, incluindo a estimativa das receitas, a fixação das despesas, a limitação de empenhos, as disposições relativas à política de recursos humanos da administração pública municipal e demais condições e exigências para as transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

CAPITULO II

Das Definições

Artigo 2º - As definições e os conceitos constantes na presente Lei são aqueles estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único – Na elaboração da proposta orçamentária serão obedecidos os princípios da unidade, universalidade, anualidade e exclusividade.

CAPITULO III

Do Orçamento Municipal

SEÇÃO I

Do Equilíbrio

Artigo 3º - Na elaboração da proposta orçamentária municipal para o exercício de 2017, será assegurado o devido equilíbrio, não podendo o valor das despesas fixadas serem superior aos das receitas previstas.

Artigo 4º - A avaliação dos resultados dos programas será realizada a cada quadrimestre, quando teremos como ponto inicial a análise, o equilíbrio fiscal entre as receitas fiscais e da seguridade social, e as respectivas despesas.

Artigo 5º - A formalização da proposta orçamentária para o exercício de 2016 será composta das seguintes peças:

- I. Projeto de lei orçamentária anual, constituído de texto e demonstrativo; e
- II. Anexos, compreendendo os orçamentos fiscais e da seguridade social, inclusive os das entidades supervisionadas, contendo os seguintes demonstrativos:

- a) Analítico da receita estimada, ao nível de categoria econômica, subcategoria e fontes e respectiva legislação;
- b) Recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde, para evidenciar a previsão de cumprimento dos percentuais estabelecidos pela Constituição Federal;
- c) Recursos destinados à promoção da criança e do adolescente, de forma a garantir o cumprimento dos programas específicos aprovados pelo respectivo conselho;
- d) Sumário da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- e) Natureza da despesa, para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do município;
- f) Despesa por fontes de recursos para cada um dos órgãos integrantes da estrutura administrativa do município;
- g) Receitas e despesas por categorias econômicas;
- h) Evolução da receita e despesa orçamentária nos três exercícios anteriores, bem como a receita prevista para este exercício e para mais dois exercícios seguintes;
- i) Despesas previstas consolidadas em nível de categoria econômica, subcategoria, elemento e sub-elemento;
- j) Programa de trabalho de cada unidade orçamentária, em nível de função, sub-função, programa, sub-programa, projetos e atividades;
- k) Consolidado por funções, programas e sub-programas;
- l) Despesas por órgãos e funções;
- m) Despesas por unidade orçamentária e por categoria econômica;
- n) Despesas por órgão e unidade responsável, com os percentuais de comprometimento em relação ao orçamento global;
- o) Recursos destinados aos Fundos Municipais de Saúde e de Assistência Social;
- p) Recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do magistério;
- q) Recursos Destinados, a manutenção do Instituto de Previdência própria, inclusive previsão de registros de entradas patrimoniais;
- r) Especificação da legislação da receita.

Parágrafo 1º - Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, até o mês de junho de 2016, as perspectivas para a arrecadação no exercício de 2017 e as disposições da presente Lei.

Parágrafo 2º - As despesas e as receitas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregadas, evidenciando o “déficit” ou “superávit” corrente, conforme for o caso.

Parágrafo 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado a incorporar, na elaboração da proposta orçamentária de que trata esta lei, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do município, bem como das classificações orçamentárias decorrentes de alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento do projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2017 à Câmara Municipal.

Artigo 6º - No texto da proposta orçamentária para o exercício de 2017, também conterão autorizações para abertura de créditos adicionais em até 30%(trinta por cento) da despesa geral, e para remanejamentos de valores.

Artigo 7º - O orçamento anual do município abrangerá os Poderes Legislativos e Executivos, seus fundos, entidades da administração direta e autarquias.

Artigo 8º - A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitada as disposições da Constituição Federal, (artigo 166, Parágrafo 3º,II, “a”, “b”, “c”, e Parágrafo 4º), devendo ser devolvido para sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma de Lei.

Artigo 9º - O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações à proposta orçamentária e ao plano plurianual, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

SEÇÃO II

Da Classificação das Receitas e Despesas

Artigo 10 - Na proposta orçamentária a discriminação das despesas far-se-á por categoria de programação, indicando-se, pelo menos, para cada um, no seu menor nível, a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES

- a) Pessoal e Encargos Sociais
- b) Juros e Encargos da Dívida
- c) Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

- a) Investimentos
- b) Inversões Financeiras
- c) Transferências de Capital
- d) Amortização da Dívida Interna

Parágrafo 1º - A classificação a que se refere este artigo corresponde aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa.

Parágrafo 2º - As categorias de programação de que trata o “caput” deste artigo serão identificadas por projetos ou atividades, os quais serão integrados por título que caracterize as respectivas metas ou ações políticas esperadas, segundo a classificação funcional programática estabelecida na Lei Federal nº 4.320, de 17.03.1964 (artigo 8º, Parágrafo 2º).

Parágrafo 3º - As despesas terão como prioridades os projetos/ações elencados no Anexo I a esta Lei.

Parágrafo 4º - As despesas de capital programadas para 2017 estão elencadas no Anexo II a esta Lei.

Parágrafo 5º - A Lei Orçamentária Anual para 2017 poderá contemplar despesas de capital não contida no Anexo II desta Lei, contanto que elas sejam voltadas a serviços essenciais, como educação, à assistência social, à saúde, à agricultura e à infra-estrutura urbana.

Artigo 11 – As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais dependem da existência de recursos disponíveis.

Artigo 12 – Constará na proposta orçamentária a reserva de contingência para atender as suplementações de dotações insuficientes no decorrer da execução orçamentária, que não poderá ser superior a três por cento da Receita Corrente Líquida.

CAPITULO IV

Das Receitas

Artigo 13 – A execução da arrecadação da receita obedecerá às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000 (Seções I e II, do Capítulo III, artigos 11 e 14) e demais disposições pertinentes, tomando-se como base as receitas arrecadadas até o mês de junho de 2016.

Parágrafo 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2017, serão levados em consideração, para efeito de previsão, os seguintes fatores:

- I. Efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II. Variações de índices de preços;
- III. Crescimento econômico; e
- IV. Evolução da receita nos últimos três anos.

Parágrafo 2º - A reestimativa da receita por parte do Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos da Lei Federal Complementar nº 101/2000. (artigo 12, Parágrafo 1º).

Artigo 14 – Não será permitida no exercício de 2017 a concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita, com exceção se o objetivo da ação visar à geração de emprego e renda.

Artigo 15 – Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos na Lei Federal Complementar nº 101/2000, e compreendem:

- a) O gerenciamento de atividades relativas à administração de recursos humanos,
- b) A valorização, a capacitação e a profissionalização do servidor,
- c) A adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais ou legais,
- d) O aprimoramento e a atualização das técnicas e instrumentos de gestão,
- e) A realização de processo seletivo e/ou concurso público para atender as necessidades de pessoal, e
- f) O recrutamento e a administração de estagiários para desenvolverem atividades nas diversas áreas da administração municipal.

Artigo 16 – O Poder Executivo Municipal publicará após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo da execução orçamentária do período, quando nele conterá os dados de receitas e despesas municipais; e no semestre, o Relatório de Gestão Fiscal, quando nele conterá o gasto com pessoal e o controle das despesas com dívida, garantias e restos a pagar.

Parágrafo 1º - As despesas com pessoal, para o atendimento às disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, serão apuradas somando-se a realizada mês a mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Parágrafo 2º - Caberá ao Setor de Contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados no Parágrafo 1º deste artigo.

Artigo 17 – Para atendimento das disposições do artigo 7º, da Lei Federal nº 9.424, de 24.12.1996, o Poder Executivo Municipal poderá conceder abono e rateio salarial aos professores e profissionais da educação básica, utilizando os recursos do FUNDEB 60%.

Artigo 18 – Fica autorizada a revisão da remuneração dos servidores e os subsídios dos agentes políticos, observada a iniciativa de cada poder, respeitados os limites constantes da Lei Federal Complementar nº 101/2000.

Artigo 19 – Fica autorizada a realização de concurso público para preenchimento de vagas na administração municipal, que o promoverá visando o atendimento das necessidades funcionais.

Seção II

Do Repasse ao Poder Legislativo

Artigo 20 – Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão realizados pelo Poder Executivo na data estabelecida na Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 25.

Seção III
Das Despesas Irrelevantes

Artigo 21 – Serão consideradas despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao disposto no artigo 16, Parágrafo 3º, da Lei Federal Complementar nº 101/2000, os gastos que não ultrapassem os limites destinados à contratação de obras, compras e serviços, devidamente estabelecidos no artigo 23, Inciso I e II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Único. O poder Executivo deverá editar ato interno fixando normas para realização de despesas irrelevantes, na forma do Caput deste Artigo.

Artigo 22 – O ente municipal poderá firmar convênio, quando prevista e estabelecida à cooperação mútua entre as partes conveniadas, inclusive, entre Estado(ou órgão) para custeio complementar e subsidiário de atividade de segurança pública, desde que:

- I. Sejam aprovados pelo Chefe do Poder Executivo, previamente, o plano de trabalho ou plano de ação, constando o objeto e suas especificações, o cronograma de desembolso;
- II. A meta a ser atingida não ultrapasse o exercício financeiro, e ultrapassando, esteja previsto no plano plurianual de investimentos;
- III. Seja apresentada e aprovada a prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do município;
- IV. Possua a comprovação da correta aplicação dos recursos liberados; e
- V. Sendo a beneficiada, entidade sem fins lucrativos, esteja devidamente registrada nos órgãos competentes.

Seção V
Das Despesas com Novos Projetos

Artigo 23 – O Poder Executivo garantirá recursos para novos projetos, quando atendidas às despesas de manutenção do patrimônio já existente, cujo montante não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do valor fixado para os investimentos.

CAPÍTULO VI
Dos Repasses a Instituições Públicas e Privadas

Artigo 24 – Poderão ser incluídas na proposta orçamentária para o exercício de 2017, bem como suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários à instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao município, a título de subvenções sociais e sua concessão dependerá da obediência as disposições da Lei Federal Complementar nº 101/2000, e ainda, aos dispositivos seguintes:

- I. Que as entidades sejam de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas nos órgãos competentes;
- II. Que possua lei específica para autorização da subvenção;
- III. Que a entidade tenha apresentado a prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior se houver, e que deverá ser encaminhada até o último dia útil do mês de janeiro do exercício

subseqüente, ao setor financeiro da prefeitura, na conformidade do Parágrafo Único, do artigo 70, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98;

IV. Que a entidade beneficiada, faça a devida comprovação, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;

V. Que a entidade beneficiária faça a apresentação dos respectivos documentos de constituição, até 31 de dezembro de 2016;

VI. Que a entidade beneficiária faça a comprovação de que está em situação regular perante o INSS e o FGTS, conforme artigo 195, Parágrafo 3º, da Constituição Federal e perante a Fazenda Municipal, nos termos do Código Tributário do Município; e

VII. Não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere à prestação de contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

CAPÍTULO VII Dos Créditos Adicionais

Artigo 25 – Os créditos especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo Municipal.

Parágrafo Único – Consideram-se recursos para efeito de abertura de créditos especiais e suplementares, autorizados na forma do “caput” deste artigo, desde que não comprometidos como sendo:

- I. O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II. Os provenientes do excesso de arrecadação;
- III. Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;
- IV. Os provenientes do repasse decorrente da assinatura de convênios com órgãos das esferas dos governos federais e estadual; e
- V. O produto de operações de crédito autorizadas por lei específica, na forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

Artigo 26 – As solicitações ao Poder Legislativo de autorizações para abertura de créditos especiais conterão, no que couberem, as informações e os demonstrativos exigidos para a mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentário.

Artigo 27 – As propostas de modificações ao projeto de lei do orçamento, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentadas com a forma, os níveis de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

Artigo 28 – Os créditos adicionais especiais autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2016 poderão ser reabertos ao limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante Parágrafo 2º, do artigo 167, da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Na hipótese de haver sido autorizado crédito na forma do “caput” deste artigo, até 31 de janeiro de 2017, serão indicados e totalizados com os valores orçamentários para cada órgão e suas unidades, em nível de menor categoria de programação possível, os saldos de créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício de 2016, consoante disposições do Parágrafo 2º, do artigo 167, da Constituição Federal.

Artigo 29 – O Poder Executivo, através do órgão competente da administração, deverá atender no prazo de quinze dias, contados da data do recebimento, as solicitações de informações relativas às categorias de programação explicitadas no projeto de lei que solicitar créditos adicionais, fornecendo dados,

quantitativos e qualitativos que justifiquem os valores orçados e evidenciem a ação do governo e suas metas a serem atingidas.

CAPÍTULO VIII
Da Execução Orçamentária e da Fiscalização
SEÇÃO I
Do cumprimento das Metas Fiscais

Artigo 30 – O Poder Executivo Municipal demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais periodicamente de acordo com o que determina a Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo Único – São partes integrantes desta Lei, os anexos e demonstrativos expondo as metas e riscos fiscais do município.

SEÇÃO II
Da Limitação do Empenho

Artigo 31 – Se verificado ao final do bimestre, que a efetivação da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo, por ato próprio e nos montantes necessários, promoverá nos trinta dias subseqüentes, limitações de empenho e movimentação financeira.

Parágrafo Único – A limitação do empenho iniciará com as despesas de investimentos, e não sendo suficiente para o atendimento do disposto no “caput”, será estendida às despesas de manutenção dos projetos/ações desenvolvidos no âmbito municipal.

Artigo 32 – Não serão objetos de limitações as despesas que constituam obrigações constitucionais, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as destinadas ao pagamento das despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO IX
Das Vedações

Artigo 33 – Será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público, a gestão de despesa em desacordo com a Lei Federal Complementar nº 101/2000 (artigo 15).

Artigo 34 – É vedada a inclusão na proposta orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos fiscais e de seguridade social, o servidor da administração direta ou indireta por créditos de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

Parágrafo Único – Além da vedação definida no “caput”, não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

- I – atividades e propagandas políticas – partidárias;
- II – objetivos ou campanhas estranhas às atribuições legais do Poder Executivo;
- III – obras de grande porte, sem estar comprovada a clara necessidade social, capaz de comprometer o equilíbrio das finanças municipais; e
- IV – auxílios à entidade privadas com fins lucrativos.

CAPÍTULO X

Das Dívidas
SEÇÃO ÚNICA
Da dívida Fundada Interna
SUB-SEÇÃO I
Dos Precatórios

Artigo 35 – Será consignada na proposta orçamentária para o exercício de 2017, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições do Parágrafo Único deste artigo.

Parágrafo Único – Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2016, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2017, conforme determina a Constituição Federal (artigo 100, Parágrafo 1º).

SUB-SEÇÃO II
Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna

Artigo 36 – O Poder Executivo deverá manter registro individualizado das dívidas fundadas interna e externa.

CAPITULO XI
Do Plano Plurianual

Artigo 37 – Poderão deixar de constar da proposta orçamentária do exercício de 2017, programas, projetos e metas constantes do plano plurianual, em razão da compatibilização da previsão de receitas com a fixação de despesas, em função da limitação de recursos.

Artigo 38 – Os projetos imprecisos constantes do plano plurianual existente poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária para o exercício de 2017.

Artigo 39 – A inclusão de novos projetos no plano plurianual de investimentos dependerá de lei específica.

Parágrafo Único – Não poderão ser incluídos novos projetos no plano plurianual de investimentos, com recursos decorrentes da anulação de projetos em andamento.

Artigo 40 – Quando a abertura de crédito especial implicar em alteração das metas e prioridades para 2017, constantes no Plano Plurianual de Investimentos, fica o Executivo Municipal autorizado a promover as adaptações necessárias à execução, acompanhamento, controle e avaliação da ação programada.

CAPITULO XII
Das Disposições Gerais e Transitórias

Artigo 41 – A proposta orçamentária para o exercício de 2017 será entregue ao Poder Legislativo no prazo definido na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único – Caso a Lei Orgânica Municipal não defina a data do envio da matéria especificada no “caput”, o Poder Executivo a remeterá até 30 de setembro de 2016.

Artigo 42 – As propostas orçamentárias parciais do Poder Legislativo e Autarquias, para o exercício de 2017, serão entregues ao Poder Executivo até 01 de agosto de 2016, para efeito de compatibilização com as despesas do município que integrarão a proposta orçamentária anual.

Artigo 43 – Os projetos de lei relativos às alterações na legislação tributárias, para vigorar no exercício de 2017, deverão ser apreciadas pelo Poder Legislativo até dezembro de 2016, tendo sua publicação ainda nesse exercício.

Artigo 44 – A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do município oferecendo sugestões ao:

- I. Poder Executivo, até 1º de julho de 2016, junto ao Gabinete do Prefeito(a); e
- II. Poder Legislativo, junto à Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais.

Parágrafo Único – As emendas aos orçamentos indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

Artigo 45 – A prestação de contas anual do município incluirá os demonstrativos e balanços previstos na legislação federal e ainda nas resoluções específicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Artigo 46 – Se o projeto de lei orçamentário anual não for encaminhado à sanção do Executivo Municipal até 31 de dezembro de 2016, a programação ali constante poderá ser executada, em cada mês até o limite de 1/12 avos do valor total de cada dotação, na forma da proposta remetida à Câmara Municipal, até a sua sanção e publicação.

Parágrafo Único – Estão além do limite previsto no *caput* deste artigo as dotações para atendimento de despesas com:

- a) Pessoal e encargos sociais,
- b) Pagamento do serviço da dívida,
- c) Projetos e execuções no ano de 2016 e que perdurem até 2017, ou mais, e
- d) Pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais.

Artigo 47 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Serra Caiada-RN, 31 de maio de 2016.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO.
Prefeita Municipal.

ANEXO I – ELENCO DE AÇÕES A SEREM PRIORIZADAS

I – ORÇAMENTO FISCAL

1.1 – Administração

- 1.1.1 – Racionalizar os gastos do município;
- 1.1.2 – Promover política de valorização do servidor público municipal;
- 1.1.3 – Desenvolver programas de capacitação, treinamento, e reciclagem do servidor, bem como a realização de concurso para preenchimento de vagas na administração pública municipal, de acordo com a demanda necessária;
- 1.1.4 – Otimizar os serviços de informatização;
- 1.1.5 – Modernizar a administração municipal;
- 1.1.6 – Estimular as receitas municipais; e
- 1.1.7 – Fortalecer os conselhos como forma de descentralizar a gestão pública e consolidar o quadro democrático.

1.2 – Saneamento e Meio Ambiente

- 1.2.1 – Ampliar a rede de drenagem e saneamento básico;
- 1.2.2 – Implantar programas de coleta e tratamento de esgotamento sanitário;
- 1.2.3 – Recuperar e ampliar fontes e meios para captação de água;
- 1.2.4 – Implantar programas de coleta e tratamento de resíduos sólidos;
- 1.2.5 – Implantar programas integrados de recursos hídricos;
- 1.2.6 – Promover o aperfeiçoamento do sistema de coleta de lixo;
- 1.2.7 – Implantar projetos ambientais nas áreas do município; e
- 1.2.8 – Desenvolver programas de educação ambiental.

1.3 – Educação

- 1.3.1 – Integrar as creches e pré-escola ao sistema municipal de ensino;
- 1.3.2 – Manter o programa de merenda escolar;
- 1.3.3 – Ampliar o atendimento na pré-escola, no ensino fundamental, no ensino especial e na educação de jovens e adultos;
- 1.3.4 – Desenvolver programas educativos sobre combate às drogas, meio ambiente, associativismo, sexualidade, saúde e higiene;
- 1.3.5 – Desenvolver o Programa de Transporte escolar, seja com apoio do Governo Estadual e/ou Federal;
- 1.3.6 – Desenvolver o Programa de Educação de Jovens e Adultos;
- 1.3.7 – Desenvolver o Programa de Alimentação Escolar, visando uma maior frequência escolar às aulas;
- 1.3.8 – Estimular a prática esportiva nas escolas;
- 1.3.9 – Promover programas de capacitação, gestão administrativa, treinamento e reciclagem profissional da educação;
- 1.3.10 – Desenvolver experiências no envolvimento da comunidade na gestão escolar;
- 1.3.11 – Incentivar redução da repetência e da evasão escolar;
- 1.3.12 – Realizar pesquisa para acompanhamento e avaliação do ensino fundamental; e
- 1.3.13 – Recuperar e manter a estrutura física e os equipamentos das unidades escolares.

1.4 – Cultura

- 1.4.1 – Restaurar e recuperar logradouros;
- 1.4.2 – Implantar projetos culturais, sobretudo a valorização do folclore e artesanato;
- 1.4.3 – manter preservado o patrimônio histórico, artístico e cultural do município, resgatando a história, nos mais diversos ângulos, do Município;
- 1.4.4 – Manter a sistemática de tombamento municipal;
- 1.4.5 – Incentivar a manutenção de grupos culturais, que sejam ligados a musica, folclores, festival gastronômico e/ou teatros.

1.5 – Serviços Públicos

- 1.5.1 – Fiscalizar o sistema de iluminação pública, permitindo a sua rápida manutenção, bem como a sua ampliação;
- 1.5.2 – Manter os mecanismos necessários para a contribuição da iluminação pública;
- 1.5.3 – Manter as atividades do mercado público, feira e matadouro;
- 1.5.4 – Arborizar e reurbanizar os logradouros públicos municipais; e
- 1.5.5 – Manter cemitério e praças públicas.

1.6 – Habitação

- 1.6.1 – Incentivar políticas de habitação;
- 1.6.2 – Implantar o programa de melhoria e recuperação de moradia da população de baixa renda; e
- 1.6.3 – Implantar lotes urbanizados em áreas periféricas.

1.7 – Esporte e Lazer

- 1.7.1 – Apoiar a prática esportiva comunitária;
- 1.7.2 – Promover o aproveitamento democrático dos espaços esportivos e culturais; e
- 1.7.3 – Manter e recuperar quadras de esportes.

1.8 – Transporte

- 1.8.1 – Instalar abrigos rodoviários; e
- 1.8.2 – Promover a conservação das ruas e estradas vicinais.

1.9 – Limpeza Urbana

- 1.9.1 – Promover a limpeza urbana em ruas e logradouros;
- 1.9.2 – Implantar programas de incentivo profissional para produção de reciclagem do lixo; e

1.10 – Finanças

- 1.10.1 – Modernizar e informatizar os sistemas de arrecadação e tributação do município;
- 1.10.2 – Apoiar programas específicos de capacitação e reciclagem dos servidores; e
- 1.10.3 – Promover campanhas educativas visando conscientizar o contribuinte e diminuir os níveis de inadimplência.

1.11 – Infra-Estrutura Urbana

- 1.11.1 – Promover e conservar a infraestrutura de acesso principal do Município.

1.12 – Agricultura

- 1.12.1 – Adquirir equipamentos agrícolas para suporte técnico ao pequeno agricultor;
- 1.12.2 – Prover o pequeno agricultor com sementes para o plantio de subsistência;
- 1.12.3 – Ofertar veículos agrícolas para o preparo e cultivo de terras de pequenos agricultores;
- 1.12.4 – Pleitear junto à EMATER, convênio visando o fortalecimento da Agricultura Familiar;
- 1.12.5 – Recuperar e construir barreiros em terras de pequenos agricultores;

- 1.13 – Desenvolvimento Social
- 1.13.1 – Apoio ao menor aprendiz com criação de oportunidades ao primeiro emprego;
- 1.13.2 – Apoio ao menor aprendiz com criação e apoio a cursos de nível técnico;
- 1.13.3 – Apoio ao empreendedor com a criação e apoio a cursos de nível técnico, bem como encontrando espaços para absolver a produção local.

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

- 2.1 – Saúde
- 2.1.1 – Promover a continuidade do processo de gestão pela qualidade e da municipalização da saúde;
- 2.1.2 – Dar continuidade ao Programa e Atendimento ao Desnutrido e à Gestante em Risco Nutricional, entre outros programas de saúde pública;
- 2.1.3 – Promover ações básicas de saúde;
- 2.1.4 – Promover campanhas de combate e controle as epidemias e endemias;
- 2.1.5 – Aprimorar o sistema de informações sobre a mortalidade infantil;
- 2.1.6 – Aprimorar as ações de vigilância sanitária;
- 2.1.7 – Manter e recuperar veículos e equipamentos;
- 2.1.8 – Garantir as condições materiais à execução de saúde especial de apoio à criança, ao adolescente, ao deficiente físico, à mulher e ao idoso;
- 2.1.9 – Ampliar a assistência médica, através do Programa Saúde na Família;
- 2.1.10 – Ampliar a assistência odontológica, através do Programa Saúde Bucal;
- 2.1.11 – Incentivar o programa de Agentes de Saúde;
- 2.1.12 – Incentivar o programa de assistência à mulher; e
- 2.1.13 – Melhorar o gerenciamento para o atendimento de urgência.

- 2.2 – Trabalho
- 2.2.1 – Apoiar e incentivar atividades de geração de emprego e renda;
- 2.2.2 – Implantar oficinas profissionalizantes;
- 2.2.3 – Apoiar o associativismo e o cooperativismo; e
- 2.2.4 – Incentivar a produção de alimento para atender a demanda da região metropolitana do município.

- 2.3 – Assistência Social
- 2.3.1 – Melhorar a qualidade do serviço de creches;
- 2.3.2 – Promover programas de ampliação dos canais institucionais de participação;
- 2.3.3 – Promover programas especiais de apoio à criança e ao adolescente, ao deficiente físico, à mulher e ao idoso;
- 2.3.4 – Combater a prostituição infanto-juvenil;
- 2.3.5 – Criar e incentivar o Programa Casa da Família;
- 2.3.6 – Apoiar as ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente;

2.3.7 – Promover educação profissional para população.

ANEXO II – ELENCO DAS DESPESAS PARA O EXERCÍCIO

I – ORÇAMENTO FISCAL

1.1 – Administração

- 1.1.1 – priorizar o pagamento do funcionalismo público;
- 1.1.2 – Estimular a organização funcional da administração nas comunidades através das Associações de moradores e semelhantes;
- 1.1.3 – Capacitar o funcionalismo público municipal;
- 1.1.4 – incentivar a participação dos funcionários nas ações associadas à administração pública;
- 1.1.5 – Assistência jurídica a população.

1.2 – Infraestrutura.

- 1.2.1 – Estimular as condições para implantação de um Centro Administrativo;
- 1.2.2 – Estimular as condições para construção de um matadouro público e/ou revitalização do já existente;
- 1.2.3 – Estimular as condições para ampliação de áreas de lazer;
- 1.2.4 – Estimular as condições para ampliação e reforma de quadras de esportes na zona urbana e rural;
- 1.2.5 – Estimular as condições para construção de Campo de Futebol em Comunidades rurais e/ou ampliação do já existente;
- 1.2.6 – Estimular as condições para restaurar e Recapear Estradas vicinais;
- 1.2.7 – Estimular as condições na ampliação de pavimentação em nas vias publicas urbanas e em comunidades rurais;
- 1.2.8 – Criação do Plano Diretor;
- 1.2.9 – Estimular as condições para recuperação do asfalto da cidade e seu entorno;
- 1.2.10 – Estimular as condições para reestruturação da iluminação pública urbana e rural;
- 1.2.11 – Estimular as condições para organização da feira livre;

1.3 – Educação

- 1.3.1 – Estimular as condições para construção, reforma e ampliação de unidades escolar(inclusive em comunidades rurais);
- 1.3.2 – Estimular as condições para obtenção de Transportes Escolar para zona rural;
- 1.3.3 – Ampliação ao atendimento aos estudantes universitários;
- 1.3.4 – Manutenção do programa de merenda escolar;
- 1.3.5 – Manutenção do Programa Saúde do Escolar;
- 1.3.6 – Manutenção do Programa de doação de instrumentos escolar (fardamento e Kit Escolar);
- 1.3.7 – Manutenção do Programa de Formação Continuada;
- 1.3.8 – Manutenção do Programa de inclusão de alunos especiais;
- 1.3.9 – Manutenção do Programa de Transporte Escolar – Convênio União/Estado;
- 1.3.10 – Manutenção de Programas Fundo a Fundo – União/Estado;

- 1.3.11 – Reestruturação dos Laboratórios de Informática das Escolas Municipais;
- 1.3.12 – Firmar parcerias para a implantação de cursos de qualificação profissional e de idiomas;
- 1.3.13 – Aquisição do acervo da biblioteca municipal;
- 1.3.14 – Implantação do Programa de Educação da Terceira Idade.
- 1.4 – Cultura e Turismo
 - 1.4.1 – Implantação do Festival de Poesias, Literários e Talentos;
 - 1.4.2 – Implantação do Festival Gastronômico;
 - 1.4.3 – Reativação e manutenção da Banda de música municipal;
 - 1.4.4 – Manutenção do Conselho Municipal de Meio Ambiente;
 - 1.4.5 – Ajuda Financeira aos grupos folclóricos tradicionais;
 - 1.4.6 – Implantação da Semana de Arte e Cultura;
- 1.5 – Serviços Públicos
 - 1.5.1 – Ampliar e manter a oferta de iluminação pública;
 - 1.5.2 – Recuperar, ampliar e construir novos espaços públicos;
 - 1.5.3 – Adquirir equipamentos agrícolas que propicie a assistência ao pequeno agricultor;
 - 1.5.4 – Recuperar pontos, pontilhões e passagens molhadas.
- 1.6 – Habitação
 - 1.6.1 – Construção e reforma de moradias para as famílias carentes(inclusive no programa Minha Casa Minha vida);
 - 1.6.2 – Implantação do Plano local de habitação de interesse social;
 - 1.6.3 – Programa de regularização Fundiária;
- 1.7 – Esporte e Lazer
 - 1.7.1 – Incentivo para realização de maratona escolar;
 - 1.7.2 – incentivo a campeonato poliesportivo para ocupação dos jovens;
 - 1.7.3 – Construção e reformas de quadras de esportes;
 - 1.7.4 – Distribuição de material esportivo;
 - 1.7.5 – incentivo e apoio a participação de atletas locais em competições externas;
 - 1.7.6 – Construção de academias ao ar livre nas praças públicas.
- 1.8 – Transporte
 - 1.8.1 – Promover a conservação das ruas e estradas vicinais; principalmente, quanto ao alargamento dos trechos vicinais já invadidos pela vegetação, dificultando o acesso de veículos de grande porte; e
 - 1.8.2 – Construir e manter a garagem pública.
- 1.9 – Limpeza Urbana
 - 1.9.1 – Construir e ampliar o espaço sanitário; e
 - 1.9.2 – Implementar ações de investimentos que permita uma melhor infra-estrutura no serviço de limpeza pública, como por exemplo a aquisição de caminhão compactador de lixo.
- 1.10 – Agricultura
 - 1.10.1 – implantação de projetos de incentivos e investimentos para o agricultor em parceria com Bancos financiadores;

- 1.10.2 – Recuperar e construir barreiros em terras de pequenos agricultores; e
- 1.10.3 – implantação do programa de distribuição de sementes em época de plantio;
- 1.10.4 – Adquirir através de convênios, tratores e implementos agrícolas;
- 1.10.5 – disponibilizar ao agricultor carente instrumentos necessários à preparação de suas terras em época de plantio;
- 1.10.6 – Apoio ao agricultor carente no que tange a assistência técnica agrícola;
- 1.10.7 – implementação da melhor qualidade de vida do homem do campo em parcerias com o governo Estadual e federal;
- 1.10.8 – incentivar a inclusão do agricultor local no programa compra direta;
- 1.10.9 – instituir programa de incentivo a produção da mandioca;
- 1.10.10 - implantação do banco de sementes;
- 1.10.11 – implantação do seguro safra no município, em parceria com o governo estadual e federal.

II – ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

- 2.1 – Saúde
 - 2.1.1 – Adquirir e manter veículos e equipamentos do sistema de saúde pública; e
 - 2.1.2 – melhorar a estrutura física do hospital, inclusive Reativando o Centro Cirúrgico, para atendimentos de média complexidade no município;
 - 2.1.3 – reestruturar o atendimento médico de urgência 24hs.;
 - 2.1.4 – Ampliação do quadro de médicos e enfermeiros;
 - 2.1.5 – Ampliação dos atendimentos laboratoriais;
 - 2.1.6 – melhorar e ampliar as equipes do Programa saúde da família;
 - 2.1.7 – Ampliar o atendimento do programa saúde bucal, inclusive instalação de novos gabinetes odontológicos;
 - 2.1.8 – implantação das políticas públicas voltadas para dependentes químicos;
 - 2.1.9 – implementar ações voltadas à saúde mental;
 - 2.1.10 – melhoria da acessibilidade aos idosos e portadores de necessidades especiais nas unidades de saúde;
 - 2.1.11 – Ampliar a oferta de exames laboratoriais e consultas especializadas;
 - 2.1.12 – melhoria das ações da vigilância sanitária;
 - 2.1.13 – qualificar as ações da assistência farmacêutica;
 - 2.1.14 – Renovação da frota de ambulâncias;
 - 2.1.15 – aquisição de equipamentos para fisioterapia;
 - 2.1.16 – melhorar o atendimento médico na zona rural.
- 2.2 – Assistência Social
 - 2.2.1 – Manutenção dos programas de alimentação aos mais carentes;
 - 2.2.2 – Ampliação dos Programas Bolsa Família, PETI, Pro jovem e idoso;
 - 2.2.3 – implantação de cursos profissionalizantes, visando à perspectiva do primeiro emprego, inclusive firmando parcerias com empresas;
 - 2.2.4 – Ampliação dos serviços de atendimento aos idosos;
 - 2.2.5 – implementar políticas de combate à violência contra crianças, adolescentes, mulheres e idosos;
 - 2.2.6 – implantação do Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência e da juventude;
 - 2.2.7 – Apoio ao desenvolvimento das ações do Conselho tutelar;

- 2.2.8 – incentivo a criação de cooperativas para produção e comercialização de produtos artesanais;
- 2.2.9 – promover a instalação de fabricas com incentivo à isenção de impostos;
- 2.2.10 – firmar parcerias para a qualificação de mão-de-obra visando o aumento da potencialidade do município e região;
- 2.2.11 – Construção de unidades habitacionais para pessoas carentes, através de parcerias com o governo estadual e federal;
- 2.2.12 – Reativação do programa Bom da Escola, Bom no esporte.

2.3– Desenvolvimento Econômico:

- 2.3.1 – Incentivo ao beneficiamento agrícola;
- 2.3.2 – Implantação de hortas comunitárias para atendimento do compra direta.

2.4– Segurança Pública:

- 2.4.1 – Implantação da ronda na cidade;
- 2.4.2 – Celebrar Convênios entre Estado(ou órgão) e município para custear e subsidiar atividades de segurança publica;
- 2.4.3 – Capacitação da Guarda Municipal.

ANEXO III – ANEXO DOS RISCOS FISCAIS

Este estudo na LDO não está resumido à previsão de gastos e receitas compatíveis entre si, estendendo-se ao exercício da identificação dos principais riscos a que as contas públicas estão sujeitas quando da elaboração orçamentária.

Sendo o FPM e o ICMS, as principais receitas do município, foram projetadas a partir de indicadores relacionados com o crescimento econômico nacional e estadual, respectivamente, já que esses valores advêm dos governos federal e estadual, vinculando a confirmação desses indicadores a um possível desvio do equilíbrio das estimativas já que depende da confirmação do planejamento governamental a nível federal e estadual.

No que se refere às situações que podem causar ganhos ou perdas de receitas próprias, podemos destacar:

- a) Possíveis campanhas visando o incremento na arrecadação do IPTU,
- b) O surgimento de passivos contingentes, que se trata de dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis, como a de processos judiciais que envolvem o município. Destacando, os precatórios trabalhistas e ao INSS.



TOTAL DAS RECEITAS
2017

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas		Estimadas			
	2015	2015	2016	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES	7.250.488,97	23.948.944,00	24.718.982,23	24.333.588,54	26.276.279,07	28.327.618,57
Receita Tributária	574.054,21	467.497,32	490.872,19	515.415,80	541.186,59	568.245,91
Impostos	547.695,40	387.578,00	406.956,90	427.304,75	448.050,98	471.103,48
Taxas	26.358,72	79.919,32	83.915,29	88.111,05	92.916,50	97.142,43
Receita de Contribuições	135.670,67	1.088.974,91	1.141.323,66	1.198.989,84	1.298.309,33	1.321.224,80
Contribuições Sociais	-	1.010.000,00	1.060.900,00	1.113.525,00	1.199.201,25	1.237.661,31
Contribuições Econômicas	135.670,67	78.974,91	80.823,66	84.984,84	89.108,08	93.563,48
Receita Patrimonial	371.539,13	187.451,00	196.923,55	206.664,73	216.997,96	227.847,86
Aplicações Financeiras	368.499,49	198.951,00	196.298,55	205.113,48	216.419,15	227.240,11
Outras Receitas Patrimoniais	5.039,64	500,00	525,00	561,25	578,81	607,75
Receita de Serviços	-	600,00	630,00	661,50	694,58	729,30
Transferências Correntes	21.099.343,32	21.827.114,80	22.603.470,54	23.733.644,07	24.920.326,27	26.166.342,58
Transferências da União	11.170.891,32	10.010.179,15	11.140.686,11	11.697.722,51	12.262.036,64	12.898.739,07
Transferências dos Estados	1.846.701,10	1.538.882,04	1.615.931,14	1.696.727,70	1.781.564,08	1.870.042,29
Transferências dos Municípios	-	-	-	-	-	-
Transferências Multigovernamentais	8.150.325,88	6.890.953,54	7.204.001,22	7.564.201,28	7.642.411,34	8.339.531,91
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	131.625,22	2.517.000,07	2.642.850,07	2.774.962,58	2.913.742,21	3.059.420,32
Outras Receitas Correntes	27.890,84	35.206,00	36.966,30	38.814,62	40.755,35	42.793,11
Multas e Juros de Mora	-	600,00	945,00	992,25	1.041,88	1.093,95
Indenizações e Restituições	3.374,67	950,00	945,00	992,25	1.041,88	1.093,95
Receita da Dívida Ativa	23.994,50	16.900,00	17.745,00	18.632,25	19.593,88	20.542,06
Receitas Diversas	1.121,67	16.508,00	17.331,30	18.197,87	19.107,78	20.063,15
RECEITAS DE CAPITAL	1.163.566,43	12.059.395,09	12.662.364,84	13.295.483,09	13.960.257,24	14.658.270,10
Operações de crédito	-	-	-	-	-	-
Amortização de empréstimos	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	35.000,00	37.695,00	39.579,75	41.558,74	43.636,67
Transferência de Capital	1.163.566,43	11.974.505,09	12.573.230,34	13.201.891,88	13.861.986,45	14.555.085,78
Transferência de Convênio	1.163.566,43	11.974.505,09	12.573.230,34	13.201.891,88	13.861.986,45	14.555.085,78
Outras Receitas de Capital	-	48.990,00	51.439,50	54.011,48	56.712,05	59.547,65
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	-	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES	1.729.636,63	1.866.644,12	1.844.976,33	1.727.225,14	1.813.886,40	1.904.265,72
Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	1.729.636,63	1.866.644,12	1.844.976,33	1.727.225,14	1.813.886,40	1.904.265,72
TOTAL	21.642.428,97	33.797.595,00	35.487.474,75	37.261.848,49	39.124.940,91	41.081.187,96

TOTAL DE DESPESAS
2017

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizadas		Previsão			
	2015	2015	2016	2017	2018	2019
DESPESAS CORRENTES (I)	20.795.564,23	21.371.900,74	22.440.495,78	23.562.520,57	24.740.646,59	25.977.678,92
Pessoal e Encargos Sociais	13.819.341,04	10.250.101,86	10.762.606,95	11.300.737,30	11.865.774,17	12.459.062,87
Juros e Encargos da Dívida	5.794,34	27.227,00	28.588,35	30.017,77	31.518,66	33.094,59
Outras Despesas Correntes	6.970.428,85	11.094.571,88	11.649.300,47	12.231.765,50	12.843.353,77	13.485.521,46
DESPESAS DE CAPITAL (II)	3.884.308,85	12.188.809,37	12.798.249,84	13.438.162,33	14.110.070,45	14.815.373,97
Investimentos	3.483.090,11	11.797.079,37	12.386.933,34	13.006.280,01	13.656.594,01	14.339.423,71
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização Financeira	201.218,74	391.730,00	411.316,50	431.882,33	453.476,44	476.150,26
RESERVA DE CONTINGENCIA	-	236.884,89	248.729,13	261.165,59	274.223,87	287.935,06
TOTAL	24.479.873,08	33.797.595,00	35.487.474,75	37.261.848,49	39.124.940,91	41.081.187,96

METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO
2017

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas					
	2015	2015	2016	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	20.478.863	21.738.200	22.825.110	23.966.365	25.164.684	26.422.918
Receita Tributária	574.054	487.497	490.872	515.416	541.187	568.246
Receita de Contribuição	135.671	1.086.975	1.141.324	1.198.390	1.258.309	1.321.225
Receita Patrimonial	371.539	187.451	196.824	206.665	216.998	227.848
Aplicações Financeiras (II)	366.499	186.951	196.299	206.113	216.419	227.240
Outras Receitas Patrimoniais	5.040	500	525	551	579	608
Receita de Serviços	-	600	630	662	695	729
Transferências Correntes	21.099.343	21.527.115	22.603.471	23.733.644	24.920.326	26.166.343
Demais Receitas Correntes	27.891	35.206	36.966	38.815	40.755	42.793
Deduções de Receitas p/ Formação do FUNDEB	1.729.636	1.566.644	1.644.976	1.727.225	1.813.586	1.904.266
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	20.112.363	21.551.249	22.628.811	23.760.252	24.948.265	26.195.678
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.163.566	12.059.395	12.662.365	13.295.483	13.960.257	14.658.270
Operações de Crédito (V)	-	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos (VI)	-	-	-	-	-	-
Alienação de Ativos (VII)	-	35.900	37.695	39.580	41.559	43.637
Transferência de Capital	1.163.566	11.974.505	12.573.230	13.201.892	13.861.986	14.555.086
Outras Receitas de Capital	-	48.990	51.440	54.011	56.712	59.548
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI)	1.163.566	12.023.495	12.624.670	13.255.903	13.918.699	14.614.633
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) (IX) = (III + VIII)	21.275.929	33.574.744	35.253.481	37.016.155	38.866.963	40.810.311
DESPESAS CORRENTES (X)	20.795.564	21.371.901	22.440.496	23.562.521	24.740.647	25.977.679
Pessoal e Encargos Sociais	13.819.341	10.250.102	10.762.607	11.300.737	11.865.774	12.459.063
Juros e Encargos da Dívida (XI)	5.794	27.227	28.588	30.018	31.519	33.095
Outras Despesas Correntes	6.970.429	11.094.572	11.649.300	12.231.765	12.843.354	13.485.521
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	20.789.770	21.344.674	22.411.907	23.532.503	24.709.128	25.944.584
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	3.684.309	12.188.809	12.798.250	13.438.162	14.110.070	14.815.574
Investimentos	3.483.090	11.797.079	12.386.933	13.006.280	13.656.594	14.339.424
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XIV)	201.219	391.730	411.317	431.882	453.476	476.150
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	3.483.090	11.797.079	12.386.933	13.006.280	13.656.594	14.339.424
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-	236.885	248.729	248.853	248.978	249.102
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	24.272.860	33.378.638	35.047.570	36.787.636	38.614.700	40.533.110
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	-2.996.931	196.106	205.911	228.519	252.263	277.201

METAS FISCAIS - RESULTADO NOMINAL
2017

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	10.697.502,09	11.232.377,19	11.793.996,05	12.383.695,86	13.002.880,65
Ativo Disponível	14.605.956,21	15.336.254,02	16.103.066,72	16.908.220,06	17.753.631,06
Haveres Financeiros	728.441,86	764.863,95	803.107,15	843.262,51	885.425,63
(-) Obrigações Financeiras	4.636.895,98	4.868.740,78	5.112.177,82	5.367.786,71	5.636.176,04
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(10.697.502,09)	(11.232.377,19)	(11.793.996,05)	(12.383.695,86)	(13.002.880,65)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	(10.697.502,09)	(11.232.377,19)	(11.793.996,05)	(12.383.695,86)	(13.002.880,65)
RESULTADO NOMINAL	(18.608.487,30)	(534.875,10)	(561.618,86)	(589.699,80)	(619.184,79)

 Valor da Dívida Consolidada Líquida em 2014: **7.910.985,21**

META FISCAL - MONTANTE DA DÍVIDA
 2017

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018	2019
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	10.697.502,09	11.232.377,19	11.793.996,05	12.383.695,86	13.002.880,65
Ativo Disponível	14.605.956,21	15.336.254,02	16.103.066,72	16.908.220,06	17.753.631,06
Haveres Financeiros	728.441,86	764.863,95	803.107,15	843.262,51	885.425,63
(-) Restos a Pagar Proc.	4.636.895,98	4.868.740,78	5.112.177,82	5.387.786,71	5.636.176,04
DCL (III) = (I - II)	(10.697.502,09)	(11.232.377,19)	(11.793.996,05)	(12.383.695,86)	(13.002.880,65)

METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 2017

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2015	II - Metas Realizadas em 2015
I - Receita Total	35.364.239,12	23.372.064,60
II - Receitas Não-Financeiras	33.574.744,00	21.275.929,48
III - Despesas Total	33.797.595,00	24.479.873,08
IV - Despesas Não-Financeiras	33.378.638,00	24.272.860,00
V - Resultado Primário (II - IV)	196.106,00	(2.996.930,52)
VI - Resultado Nominal	(18.608.487,30)	(18.608.487,30)
VII - Dívida Pública Consolidada	-	-
VIII - Dívida Consolidada Líquida	(10.697.502,09)	(10.697.502,09)
VALOR DO PIB ESTADUAL	39.543.679,00	-

METAS FISCAIS DOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 2017

ESPECIFICAÇÃO	Corrente					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Receita Total	23.372.064,60	35.364.239,12	37.132.451,08	38.989.073,63	40.938.527,31	42.895.453,68
Receitas Não-Financeiras (I)	21.275.929,48	33.574.744,00	35.253.481,20	37.016.155,26	38.866.963,02	40.810.311,17
Despesas Total	24.479.873,08	33.797.595,00	35.487.474,75	37.249.536,40	39.099.694,97	41.042.355,31
Despesas Não-Financeiras (II)	24.272.860,00	33.378.638,00	35.047.569,90	36.787.636,30	38.614.699,87	40.533.110,46
Resultado Primário (I - II)	(2.996.930,52)	196.106,00	205.911,30	228.518,96	252.263,15	277.200,72
Resultado Nominal	(18.608.487,30)	(18.608.487,30)	(534.875,10)	(561.618,86)	(589.699,80)	(619.184,79)
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	(10.697.502,09)	(10.697.502,09)	(11.232.377,19)	(11.793.996,05)	(12.383.695,86)	(13.002.880,65)

ESPECIFICAÇÃO	Constante					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Receita Total	23.372.064,60	23.372.064,60	38.803.411,37	42.536.299,55	46.449.639,11	50.723.005,90
Receitas Não-Financeiras (I)	21.275.929,48	21.275.929,48	36.839.887,85	40.383.885,07	44.099.202,49	48.156.329,12
Despesas Total	24.479.873,08	24.479.873,08	37.084.411,11	40.638.499,22	44.363.264,62	48.430.142,12
Despesas Não-Financeiras (II)	24.272.860,00	24.272.860,00	36.624.710,55	40.134.575,45	43.812.979,87	47.829.231,17
Resultado Primário (I - II)	(2.996.930,52)	(2.996.930,52)	215.177,31	249.309,61	286.222,62	327.097,95
Resultado Nominal	(18.608.487,30)	(18.608.487,30)	(558.944,48)	(612.714,94)	(669.084,72)	(730.640,51)
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	(10.697.502,09)	(10.697.502,09)	(11.737.834,17)	(12.867.013,82)	(14.050.779,09)	(15.343.450,76)



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2017

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	2014	2013
Patrimônio/Capital	14.605.956,21	15.909.713,28	12.689.440,59
Reservas	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	2014	2013
Patrimônio/Capital	7.736,00	-	-
Reservas	774.282,18	-	-
Resultado Acumulado	782.018,18	-	-

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2017

RECEITAS REALIZADAS	2015	2014	2013
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-

DESPESAS LIQUIDADAS	2015	2014	2013
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização/Refinanciamento da Dívida	-	-	-
DESPESAS FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	-



RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2017

RECEITAS REALIZADAS	2013	2014	2015
RECEITAS CONCORRENTES	-	-	1.441.714,24
Receita de Contribuições	-	-	1.441.714,24
Pessoal Civil	-	-	1.441.714,24
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Outras receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercício	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercícios Anteriores	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DEFICIT	-	-	-
OUTROS APORTES AO RPPS	-	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2013	2014	2015
ADMINISTRAÇÃO GERAL	-	-	697.432,08
Despesas Correntes	-	-	697.432,08
Despesas de Capital	-	-	7.736,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	-	-	-
Compensação Previd. de Pensão entre RPPS e RGPS	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	774.282,16

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2017

EVENTO	VALOR PREVISTO 2017
Aumento Permanente da Receita	37.261.848,49
(-) Aumento Referente a Transferência Constitucionalis	18.169.442,79
(-) Aumento Referente a Transferência do FUNDEB	7.564.201,28
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	13.528.204,42
Redução Permanente de Despesa (II)	13.438.162,33
Margem Bruta (III) = (I + II)	26.966.366,75
Saldo Utilizado (IV)	13.295.483,00
Impacto de Novas DOCC	13.295.483,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	13.670.883,75

SERRA CAIADA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I - METAS ANUAIS
2017

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (b) = (a / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (d) = (c / PIB) x 100	Valor Corrente (e)	Valor Constante	% PIB (f) = (e / PIB) x 100
Receita Total	37.261.848,49	42.536.269,55	101,39	39.124.940,91	46.449.639,11	107,50	42.686.453,68	60.723.006,80	113,97
Receitas Primárias (I)	37.016.155,26	40.383.886,07	96,26	38.899.963,02	44.099.202,49	102,09	40.810.311,17	48.156.329,12	108,20
Despesa Total	37.261.848,49	40.838.469,22	96,87	39.124.940,91	44.383.294,62	102,87	41.042.356,31	48.430.142,12	108,82
Despesas Primárias (II)	36.787.636,30	40.134.575,45	95,67	38.614.699,87	43.812.979,87	101,39	40.533.110,48	47.829.231,17	107,47
Resultado Primário (III) = (I - II)	228.518,99	249.309,61	0,59	252.263,15	286.222,62	0,66	277.200,72	327.067,65	0,73
Resultado Nominal	(561.618,86)	(612.714,94)	(1,46)	(669.696,80)	(669.094,72)	(1,55)	(619.164,76)	(730.640,51)	(1,64)
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	(11.793.996,05)	(12.867.013,82)	(30,67)	(12.383.696,86)	(14.050.776,09)	(32,52)	(13.002.880,65)	(15.343.450,76)	(34,47)

Fonte: (PENDENTE) Relatórios da LRF

SERRA CAIADA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2017

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2015	% PIB	II - Metas Realizadas em 2015	% PIB	Variação (II - I)	
					Valor	%
I - Receita Total	35.364.239,12	89,43	23.372.064,60	59,10	(11.992.174,52)	(30,33)
II - Receitas Primárias (I)	33.574.744,00	84,91	21.275.929,48	53,80	(12.298.814,52)	(31,10)
III - Despesa Total	33.797.595,00	85,47	24.479.873,08	61,91	(9.317.721,92)	(23,56)
IV - Despesas Primárias (II)	33.378.638,00	84,41	24.272.860,00	61,38	(9.105.778,00)	(23,03)
V - Resultado Primário (I - II)	196.106,00	0,50	(2.996.930,52)	(7,58)	(3.193.036,52)	(8,07)
VI - Resultado Nominal	(18.608.487,30)	(47,06)	(18.608.487,30)	(47,06)	-	-
VII - Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-
VIII - Dívida Consolidada Líquida	(10.697.502,09)	(27,05)	(10.697.502,09)	(27,05)	-	-

Fonte: (PENDENTE) Relatórios da LRF

SERRA CAIADA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2017

LRJ, art. 4º, § 2º, inciso II R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES								
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Receita Total	35.364.239,12	37.132.451,08	5,00	38.959.073,53	5,00	40.938.527,31	5,00	42.988.453,68	5,00
Receitas Primárias (I)	33.874.744,00	35.263.481,00	5,00	37.016.155,26	5,00	38.866.963,02	5,00	40.810.311,17	5,00
Despesa Total	33.797.596,00	35.497.474,75	5,00	37.249.536,40	4,97	39.099.694,97	4,97	41.042.365,31	4,97
Despesas Primárias (II)	33.378.638,00	35.047.669,00	5,00	36.787.836,30	4,96	38.614.699,87	4,97	40.533.110,46	4,97
Resultado Primário (III) = (I - II)	196.106,00	205.911,30	5,00	228.516,96	10,98	263.263,15	10,39	277.200,72	9,89
Resultado Nominal	(18.608.487,30)	(534.875,10)	(97,13)	(61.618,06)	5,00	(889.699,80)	5,00	(619.184,79)	5,00
Dívida Pública Consolidada	-	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida	(10.697.502,09)	(11.232.377,19)	5,00	(11.793.996,05)	5,00	(12.383.695,86)	5,00	(13.002.880,65)	5,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES								
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Receita Total	23.372.064,60	38.803.411,37	66,02	42.536.299,55	9,62	46.449.639,11	9,20	50.723.005,90	9,20
Receitas Primárias (I)	21.275.909,48	36.839.887,85	73,15	40.383.885,07	9,62	44.099.202,49	9,20	48.156.329,12	9,20
Despesa Total	24.479.873,08	37.094.411,11	51,49	40.638.499,22	9,58	44.363.264,82	9,17	48.430.142,12	9,17
Despesas Primárias (II)	24.272.860,00	36.624.710,55	50,89	40.134.875,45	9,58	43.812.979,87	9,17	47.829.231,17	9,17
Resultado Primário (III) = (I - II)	(2.996.930,52)	215.177,31	(107,18)	249.309,61	15,86	286.222,62	14,81	327.097,95	14,28
Resultado Nominal	(18.608.487,30)	(558.944,48)	(97,00)	(612.714,94)	9,62	(669.084,72)	9,20	(730.640,81)	9,20
Dívida Pública Consolidada	-	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida	(10.697.502,09)	(11.737.834,17)	9,72	(12.867.013,52)	9,62	(14.080.779,09)	9,20	(15.343.480,76)	9,20

Fonte: (PENCOENTE) Relatores da LRF

SERRA CAIADA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2017

LRF, art 4º, § 2º, inciso III R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	14.605.956,21	100,00	15.909.713,28	100,00	12.669.440,59	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	14.605.956,21	100,00	15.909.713,28	100,00	12.669.440,59	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	7.736,00	0,05	-	-	-	-
Reservas	774.282,16	5,30	-	-	-	-
Resultado Acumulado	782.018,16	5,35	-	-	-	-
TOTAL	1.564.036,32	10,71	-	-	-	-

Fonte: (PENDENTE) Relatórios da LRF



SERRA CAIADA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VI - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2017

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a" R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2013	2014	2015
RECEITAS CONCORRENTES (I)	-	-	1.441.714,24
Receita de Contribuições	-	-	1.441.714,24
Pessoal Civil	-	-	1.441.714,24
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Outras receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS (III)	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercício	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Contribuição Patronal do Exercícios Anteriores	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (IV)	-	-	-
OUTROS APORTES AO RPPS (V)	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (I + II + III + IV + V)	-	-	1.441.714,24
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2013	2014	2015
ADMINISTRAÇÃO GERAL (VII)	-	-	697.432,08
Despesas Correntes	-	-	689.696,08
Despesas de Capital	-	-	7.736,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL (VIII)	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	-	-	-
Compensação Previd. de Pensão entre RPPS e RGPS	-	-	-
RESERVA DO RPPS (IX)	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (X) = (VII + VIII + IX)	-	-	697.432,08
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (VI - X)	-	-	744.282,16
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	-	-	774.282,16

Fonte: Balançotes do RPPS



SERRA CAIADA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2017

LRF art 4º § 1º	EVENTO	R\$ 1,00 VALOR PREVISTO 2017
	Aumento Permanente da Receita	37.261.848,49
	(-) Aumento Referente a Transferência Constitucionais	16.169.442,79
	(-) Aumento Referente a Transferência do FUNDEB	7.564.201,26
	Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	13.528.204,42
	Redução Permanente de Despesa (II)	13.438.162,33
	Margem Bruta (III) = (I + II)	26.966.366,75
	Saldo Utilizado (IV)	13.295.483,00
	Impacto de Novas DOCC	13.295.483,00
	Margem Líquida de Expansão de DOCC (III - IV)	13.670.883,75